

<https://doi.org/10.18222/eae.v37.11862>

CIÊNCIA ABERTA E AVALIAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL: ENTRE AVANÇOS E TENSÕES

 CAMILA LOPES FERREIRA^I

 LUIZ ALBERTO PILATTI^{II}

 JOSÉ ROBERTO HERRERA CANTORANI^{III}

 CLAUDIA TANIA PICININ^{IV}

^I Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Ponta Grossa-PR, Brasil;
clferreira@utfpr.edu.br

^{II} Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Ponta Grossa-PR, Brasil;
lapilatti@utfpr.edu.br

^{III} Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Registro-SP, Brasil;
cantorani@ifsp.edu.br

^{IV} Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Ponta Grossa-PR, Brasil;
claudiapicinin@utfpr.edu.br

RESUMO

Este artigo investiga como a adoção de práticas de ciência aberta e a reformulação do sistema de avaliação científica no Brasil – com destaque para o debate sobre a descontinuidade do Qualis Periódicos – influenciam a produção, a divulgação e a validação do conhecimento. Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, baseado em análise documental de materiais institucionais e textos técnico-científicos publicados entre 2022 e 2025, examinados por meio de análise temática. Os resultados são organizados em dois eixos: avanços (transparência, cooperação e equidade) e tensões (financiamento, infraestrutura e formação). Argumenta-se que incentivos integrados e políticas sustentadas são determinantes para consolidar uma ciência aberta inclusiva e alinhada às demandas sociais.

PALAVRAS-CHAVE CIÊNCIA ABERTA • AVALIAÇÃO CIENTÍFICA • PÓS-GRADUAÇÃO • POLÍTICA DE FOMENTO.

CIENCIA ABIERTA Y EVALUACIÓN CIENTÍFICA EN BRASIL: ENTRE AVANCES Y TENSIONES

RESUMEN

Este artículo investiga cómo la adopción de prácticas de ciencia abierta y la reformulación del sistema de evaluación científica en Brasil –con especial énfasis en el debate sobre la discontinuidad del sistema del Qualis Periódicos– influyen en la producción, divulgación y validación del conocimiento. Se trata de un estudio cualitativo de naturaleza exploratoria y descriptiva, basado en el análisis documental de materiales institucionales y textos técnico-científicos publicados entre 2022 y 2025, examinados mediante un análisis temático. Los resultados se organizan en dos ejes: avances (transparencia, cooperación y equidad) y tensiones (financiamiento, infraestructura y formación). Se argumenta que los incentivos integrados y las políticas sostenidas son determinantes para consolidar una ciencia abierta inclusiva y alineada con las demandas sociales.

PALABRAS CLAVE CIENCIA ABIERTA • EVALUACIÓN CIENTÍFICA • POSGRADO • POLÍTICA DE FOMENTO.

OPEN SCIENCE AND SCIENTIFIC EVALUATION IN BRAZIL: BETWEEN ADVANCES AND TENSIONS

ABSTRACT

This article examines how the adoption of open science practices and the reformulation of the scientific evaluation system in Brazil – particularly the debate surrounding the discontinuation of the Qualis Periódicos system – affect the production, dissemination, and validation of knowledge. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study based on documentary analysis of institutional materials and technical-scientific texts available materials published between 2022 and 2025, examined through thematic analysis. The results are organized into two axes: advances (transparency, collaboration, and equity) and tensions (funding, infrastructure, and training). The study argues that integrated incentives and sustained policies are essential to consolidating an inclusive open science aligned with social demands.

KEYWORDS OPEN SCIENCE • SCIENTIFIC EVALUATION • GRADUATE EDUCATION • FUNDING POLICY.

COMO CITAR:

Ferreira, C. L., Pilatti, L. A., Cantorani, J. R. H., & Picinin, C. T. (2026). Ciência aberta e avaliação científica no Brasil: Entre avanços e tensões. *Estudos em Avaliação Educacional*, 37, Artigo e11862. <https://doi.org/10.18222/ea.v37.11862>

Recebido em: 24 FEVEREIRO 2025

Aprovado para publicação em: 1 ABRIL 2026



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY.

INTRODUÇÃO

A temática da ciência aberta, incluindo o acesso aberto às publicações, vem se consolidando como uma das tendências mais importantes no cenário acadêmico internacional. Diante das transformações da última década, especialmente após a eclosão da pandemia de covid-19, a rápida disponibilização de dados e resultados mostrou-se essencial para aprimorar o entendimento do vírus e viabilizar o desenvolvimento de vacinas (Araújo, 2025). Esse fato catalisou demandas que já existiam há mais tempo: pesquisadores, financiadores e órgãos governamentais defendiam que o conhecimento científico, sobretudo aquele oriundo de recursos públicos, não poderia permanecer enclausurado em portais pagos e em assinaturas de alto custo.

No Brasil, as discussões sobre acesso aberto intensificaram-se com o fortalecimento de plataformas como a Scientific Electronic Library Online (SciELO) (Bittar et al., 2025). Esse consórcio, criado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de outras instituições, demonstrou potencial para impactar a divulgação científica, elevando a visibilidade de periódicos nacionais e facilitando a comunicação de resultados em escala global (Ferreira et al., 2024). Contudo problemas como a manutenção financeira, os critérios de indexação e a concorrência com grandes editoras estrangeiras evidenciaram que a transição para o acesso aberto, como dimensão da ciência aberta, envolve não apenas vontade política, mas também recursos robustos e logística para gerenciar bases de dados e repositórios.

Neste artigo, distingue-se "acesso aberto" de "ciência aberta". Entende-se por acesso aberto a disponibilização *on-line* e gratuita da literatura científica, com ênfase em publicações, sem barreiras financeiras para a leitura do texto e com possibilidades de reutilização definidas por direitos e licenças (Suber, 2012). Por sua vez, ciência aberta é tratada como um enquadramento mais amplo, que inclui o acesso aberto, bem como a abertura e a transparência ao longo do ciclo de pesquisa, como o compartilhamento de dados, métodos, códigos e práticas de comunicação e avaliação mais abertas (Vicente-Sáez & Martínez-Fuentes, 2018). Assim, ao longo do texto, o acesso aberto é considerado uma dimensão relevante, porém insuficiente, da ciência aberta.

Paralelamente, a avaliação da pós-graduação brasileira vem sendo fortemente influenciada por dispositivos que recorrem a métricas e estratificações de periódicos, prática amplamente criticada na literatura internacional por confundir indicadores de periódicos com a qualidade dos artigos individuais e por induzir comportamentos produtivistas e excludentes (Declaration on Research Assessment [Dora], n.d.; Hicks et al., 2015). No Brasil, desde os anos 1990, o sistema Qualis estratifica periódicos em categorias (A1, A2, A3, etc.) com base em indicadores como indexações e métricas de citação (Boas et al., 2021), tornando esses parâmetros relevantes para decisões de

publicação, financiamento e progressão acadêmica. Como implicação, a centralidade desse arranjo tende a reforçar assimetrias linguísticas, disciplinares e regionais, além de deslocar o foco avaliativo do conteúdo e de suas contribuições para a área para a "performance" do periódico como *proxy* de qualidade.

Nesse cenário, propostas de reforma avaliativa que buscam deslocar o foco do ranqueamento de periódicos para apreciações mais qualitativas e contextualizadas convergem com movimentos internacionais recentes de "avaliação responsável", que recomendam reconhecer a diversidade de resultados, práticas e trajetórias de pesquisa, reduzindo dependências de métricas simplificadoras (Arentoft et al., 2022; Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD], 2025). No contexto brasileiro, o debate sobre a descontinuidade do Qualis Periódicos para que se adotem abordagens mais centradas no artigo – defendido por gestores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), como Gomes (2025) – reabre discussões sobre critérios, transparência e comparabilidade entre áreas. A implicação imediata é que a mudança, para produzir efeitos virtuosos, depende de diretrizes explícitas, da participação das áreas e de salvaguardas contra a mera troca de uma métrica por outra, sob pena de reproduzir desigualdades e pressões já conhecidas.

Diante desse contexto, a ciência aberta surge como proposta transversal que se entrelaça ao debate avaliativo. Em termos conceituais, a *Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta* define o campo como um conjunto de práticas e condições que ampliam o acesso ao conhecimento e promovem maior transparência, colaboração e inclusão, abrangendo publicações, dados, métodos, códigos e processos de avaliação e de comunicação (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [Unesco], 2021). No plano empírico, a lógica de abertura não se resume a remover barreiras de acesso às publicações; inclui também compartilhar dados, metodologias e resultados ao longo do ciclo de pesquisa, favorecendo transparência e reprodutibilidade (Carneiro et al., 2025). Como implicação para a avaliação científica, a incorporação de dimensões de abertura e responsabilidade exige indicadores e procedimentos capazes de reconhecer essas práticas sem penalizar áreas, instituições e regiões com condições assimétricas de infraestrutura.

Além de princípios de transparência e reprodutibilidade, parte da literatura associa a ciência aberta à ampliação da participação social na produção do conhecimento, por meio de iniciativas de ciência cidadã, nas quais atores não acadêmicos contribuem para as etapas de coleta, análise e difusão (Bonney et al., 2009). Essa abertura, entretanto, não se reduz a ampliar o acesso a produtos científicos: ela envolve reconhecer a pluralidade de saberes e as assimetrias de poder na definição do que conta como conhecimento válido – dimensão debatida sob o conceito de justiça cognitiva (Santos, 2007; Visvanathan, 2009). No contexto brasileiro, tal perspectiva reforça a necessidade de políticas de abertura sensíveis à diversidade regional, linguística

e institucional, evitando que a ciência aberta se converta apenas em uma vitrine de acesso, mas sim em um ecossistema efetivamente inclusivo.

Considerando o exposto, este estudo propõe analisar de que modo a adoção de práticas de ciência aberta e a reformulação do sistema de avaliação científica no Brasil – em especial, a descontinuidade do Qualis Periódicos – influenciam o cotidiano da pesquisa e os mecanismos de validação do conhecimento. Para tanto, o texto está estruturado em três partes: na primeira, discutem-se os principais avanços que essas políticas podem trazer, tanto em termos de práticas científicas quanto de inclusão e equidade; na segunda, evidenciam-se as tensões que emergem da implementação dessas transformações, envolvendo questões de financiamento, infraestrutura, formação e resistência cultural; por fim, apresenta-se uma seção de perspectivas, na qual se articulam estes dois eixos – avanços e tensões –, apontando caminhos possíveis para a consolidação de uma ciência mais transparente, responsável e inclusiva no Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, baseado em análise documental de materiais públicos relacionados à ciência aberta e à reformulação da avaliação científica no Brasil.

O *corpus* empírico principal foi composto de documentos institucionais e textos técnico-científicos publicados entre 2022 e 2025, incluindo: posicionamentos e textos de referência de órgãos e entidades do sistema de ciência e tecnologia (por exemplo, Capes, CNPq, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência [SBPC] e Rede Brasileira de Reprodutibilidade), além de artigos e editoriais acadêmicos que discutem avaliação, Qualis Periódicos, acesso aberto e infraestrutura de publicação.

Foram incluídos materiais que (i) tratassem diretamente de ciência aberta e/ou acesso aberto no contexto brasileiro (Tabela 1); (ii) abordassem a reformulação da avaliação científica (com destaque para o debate sobre o Qualis Periódicos) e seus efeitos sobre a comunicação científica; e (iii) estivessem disponíveis integralmente em meio digital. Foram excluídos textos meramente tangenciais ao tema, duplicações de conteúdo (mesma informação em versões repetidas) e materiais sem identificação mínima de autoria, instituição e data.

TABELA 1
Corpus documental analisado

DOCUMENTO	INSTITUIÇÃO	AUTOR / ANO	TIPO	POR QUE ENTROU	EIXO (AVANÇO / TENSÃO)
Ciência aberta: Uma visão desapaixonada	CNPq	Menezes e Galvão (2025)	Documento institucional	Texto de referência que explicita princípios, diretrizes e infraestrutura de ciência aberta no Brasil	Avanço
Ciência aberta: Outra visão desapaixonada	Rede Brasileira de Reprodutibilidade	Carneiro et al. (2025)	Carta aberta	Problematiza riscos e limites da implementação, contribuindo para o eixo de tensões	Tensão
Promoção e implementação da ciência aberta no Brasil: Resposta ao texto "Ciência Aberta: Uma visão desapaixonada"	<i>Jornal da Ciência / Comunidade científica</i>	Medeiros et al. (2025)	Manifesto / posição	Complementa o debate institucional com argumentos e condições para implementação sustentável	Tensão
Os desafios da Capes na expansão da pós-graduação	<i>Ciência Hoje / Capes</i>	Gomes (2025)	Entrevista / artigo	Apresenta argumentos e justificativas sobre avaliação e inclusão na pós-graduação	Avanço
Qualis-periódicos será substituído por classificação com foco nos artigos	<i>Pesquisa Fapesp</i>	Schmidt (2024)	Reportagem	Fonte de contextualização do debate público sobre mudança avaliativa	Avanço
Editorial: E quem avalia o Qualis Periódicos?	<i>Revista Brasileira de Agroecologia</i>	Dal Soglio e Donozzolo (2023)	Editorial acadêmico	Discute limites do Qualis e efeitos de métricas na produção científica	Tensão
O fim do Qualis – periódicos da Capes	<i>História da Historiografia</i>	Gontijo (2024)	Artigo acadêmico	Analisa criticamente implicações da descontinuidade do Qualis para áreas e periódicos	Tensão
Fim do Qualis e início de uma nova era! Mudança radical da Capes dando valor à pesquisa e não à revista onde ela é publicada	<i>BioSCIENCE</i>	Malafaia et al. (2024)	Artigo acadêmico	Argumenta sobre mudança avaliativa e valorização do conteúdo, articulando impactos esperados	Avanço
Ciência aberta: O caminho para a democratização do conhecimento e a inovação colaborativa	<i>Ciência e Cultura</i>	Bittar et al. (2025)	Artigo de divulgação	Apresenta justificativas e benefícios sociais/epistemológicos de práticas abertas	Avanço
US government reveals big changes to open-access policy	<i>Nature</i>	Tollefson e Van Noorden (2022)	Notícia científica	Contextualiza tendências internacionais relevantes para políticas de acesso aberto	Avanço
Changes in article share and growth by publisher and access type	<i>Science Editing</i>	Kim e Park (2022)	Artigo bibliométrico	Evidencia concentração editorial e efeitos de modelos de publicação, apoiando tensões	Tensão
<i>Spillovers</i> do acesso ao portal Capes na produção científica brasileira	<i>BOCA</i>	Ferreira et al. (2024)	Artigo acadêmico	Apoia a discussão sobre infraestrutura de acesso e impactos na produção científica	Tensão

Fonte: Elaboração dos autores.

Aplicou-se uma análise temática em quatro etapas: (1) leitura integral e registro de unidades de sentido relacionadas à abertura (publicações, dados, métodos e avaliação); (2) codificação inicial e agrupamento por convergência semântica; (3) consolidação de categorias analíticas e revisão de consistência entre autores; e (4) síntese interpretativa organizada nos dois eixos que estruturam o artigo ("avanços" e "tensões"), com seleção de evidências documentais para exemplificação e discussão.

Para reforçar a consistência interpretativa, as categorias e sínteses foram revisadas de forma cruzada entre os autores, com discussão até consenso e registro das principais decisões analíticas. Como limitações, destaca-se que a análise se restringe a documentos públicos do período de 2022 a 2025 e, portanto, não incorpora percepções de atores por meio de entrevistas ou observação; assim, os achados refletem o *corpus* selecionado e podem ser aprofundados por estudos futuros com triangulação de fontes.

AVANÇOS NA ADOÇÃO DA CIÊNCIA ABERTA E NA REFORMULAÇÃO DA AVALIAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

A discussão sobre os avanços que podem advir da adoção de práticas de ciência aberta e da reformulação do sistema de avaliação científica no Brasil – em particular, a descontinuidade do Qualis Periódicos – ganha evidência em diversos debates recentes, incluindo aqueles conduzidos por Débora Peres Menezes, diretora de Análise de Resultados e Soluções Digitais do CNPq, e Ricardo Galvão, presidente do CNPq, cujos trabalhos destacam a importância dessas mudanças para a ciência nacional (Menezes & Galvão, 2025; Gomes, 2025). Esses avanços dizem respeito tanto à forma como a ciência é produzida, avaliada e disseminada quanto às estratégias de inclusão e equidade que o país pode implementar no ensino superior e na pesquisa. Conforme se pode observar em documentos como "Ciência aberta: Uma visão desapassionada" (Menezes & Galvão, 2025) e na entrevista concedida por Gomes (2025), há um conjunto de fatores positivos que fundamentam a necessidade de substituir a ênfase no fator de impacto por um modelo que privilegie a qualidade intrínseca dos trabalhos científicos e a transparência no processo de produção do conhecimento. A ênfase no fator de impacto não apenas distorce a avaliação da pesquisa, mas também reforça a subserviência às grandes editoras internacionais. Atualmente, um pequeno oligopólio de grandes editoras domina o mercado global, controlando os periódicos mais bem ranqueados e impondo elevados custos de publicação e de acesso (Butler et al., 2023; Kim & Park, 2022), o que restringe a disseminação do conhecimento e compromete a autonomia científica de países com menor capacidade de investimento.

A ideia de deslocar o foco do prestígio da revista para a apreciação do artigo e de seus aportes dialoga diretamente com recomendações consolidadas de avaliação

responsável, como “San Francisco Declaration on Research Assessment” (Dora, n.d.) e o “Leiden Manifesto” (Hicks et al., 2015), que enfatizam a variabilidade de qualidade dentro de um mesmo periódico e defendem julgamentos informados por contexto e por múltiplas evidências. No debate sobre o contexto brasileiro, documentos e posicionamentos recentes retomam esse diagnóstico ao sustentar que a reforma avaliativa pode reduzir distorções associadas ao fator de impacto e abrir espaço para o reconhecimento de contribuições diversas, incluindo práticas de abertura e de relevância social (Menezes & Galvão, 2025; Gomes, 2025). Para a avaliação científica, a implicação é a necessidade de critérios que consigam operacionalizar qualidade, abertura e impacto social sem recair em hierarquias automáticas baseadas no veículo de publicação.

Menezes e Galvão (2025) reconhecem que a adoção de práticas de ciência aberta ganha fôlego quando já não há a necessidade de “seguir cegamente o fator de impacto de um periódico estrangeiro” como parâmetro máximo de qualidade. Sob esse prisma, a própria avaliação passa a considerar se um trabalho científico abriu os dados ou tornou transparente seu processo metodológico, contribuindo para a reprodutibilidade e a colaboração. No âmbito da Capes, Gomes (2025) declarou que a mudança para uma análise centrada no artigo – incluindo aspectos quantitativos e qualitativos – busca “valorizar a produção que de fato é relevante”. Em entrevista recente, Gomes (2025) explica que a intenção é permitir que artigos publicados até mesmo em uma mesma revista sejam classificados de maneiras diferentes, de acordo com sua importância efetiva, seu número de citações ou seu potencial de aplicação. Essa abordagem alinha-se a um dos grandes objetivos da ciência aberta: promover a circulação livre de resultados científicos e, ao mesmo tempo, reconhecer a qualidade de cada contribuição, sem se prender à “grife” do periódico em que ela foi publicada (Schmidt, 2024). Há, ainda, outro fator central no processo: a descontinuidade do Qualis Periódicos, ao reduzir a “corrida” por revistas internacionais conceituadas, poderia fomentar a publicação em revistas brasileiras de boa qualidade, possibilitando maior enraizamento da ciência local e estimulando a consolidação de títulos que valorizem temas nacionais ou regionais (Góis, 2024; Gontijo, 2024; Malafaia et al., 2024). Por outro lado, esse avanço demanda uma atenção coordenada para garantir que a avaliação realmente considere indicadores de abertura e relevância, e não crie um “índice restrito” que reproduza as antigas hierarquias. Caso contrário, corre-se o risco de substituir um sistema excludente por outro, reforçando barreiras à circulação global do conhecimento produzido no Brasil e potencializando um isolacionismo científico que comprometa a inserção internacional da pesquisa nacional.

Outro avanço associado à adoção da ciência aberta e à nova forma de avaliação é a oportunidade de fortalecer plataformas nacionais de publicação e de repositórios. A experiência brasileira com a SciELO – fundada com apoio do CNPq, da Fapesp e de outras instituições – mostra como é possível difundir o conhecimento de forma

aberta, elevando a visibilidade das produções nacionais (Bittar et al., 2025; Ferreira et al., 2024). Contudo, ao longo do tempo, a SciELO enfrentou dificuldades financeiras, de indexação e de competição com grandes editoras comerciais. Com a descontinuidade do Qualis Periódicos, a Capes e o CNPq podem redirecionar recursos, editais e políticas de avaliação para prestigiar iniciativas como a SciELO, a LattesData (voltada para o repositório de dados de pesquisa) e outras plataformas que facilitem a publicação em acesso aberto, sem a necessidade de pagar taxas elevadas, ou *article processing charges* (APCs), a editoras estrangeiras (Medeiros et al., 2025). Menezes e Galvão (2025) defendem a criação de “nuvens soberanas” para dados científicos sensíveis, argumentando que isso diminuiria a dependência de infraestruturas sediadas no exterior e permitiria maior controle sobre a governança dos dados. Tais estratégias dariam ao Brasil uma potencial liderança regional na transição para o acesso aberto, sobretudo em países da América Latina. Um possível “efeito demonstração” ocorreria se as agências brasileiras conseguissem estruturar plataformas robustas, mantendo-as em acesso aberto diamante (sem custos para autores e leitores) e garantindo a preservação e segurança dos arquivos (Bittar et al., 2025). Esse processo, por sua vez, requer financiamento estável e um plano de médio e longo prazo – algo que, segundo pesquisadores, ainda precisa de maior articulação governamental.

Uma terceira dimensão de avanços diz respeito à integração entre a adoção de práticas abertas e a expansão da pós-graduação no país, levando em conta a equidade regional e a inclusão de grupos historicamente sub-representados. Desde o início dos anos 1970, a pós-graduação brasileira se concentrou, em grande parte, em polos do eixo Sul-Sudeste, embora políticas mais recentes tenham tentado atenuar essa assimetria (Gomes, 2025). A combinação da reforma na avaliação, focada em aspectos qualitativos e de abertura, pode incentivar a criação de programas de pós-graduação temáticos ajustados às necessidades regionais, sem que, para isso, precisem se submeter a métricas internacionais que pouco dialogam com a realidade local (Dal Soglio & Donozzolo, 2023). No âmbito da Capes, Gomes (2025) aponta que é fundamental “capilarizar a oferta de pós-graduação” e, ao mesmo tempo, redefinir indicadores para não penalizar iniciativas emergentes em locais onde a infraestrutura ainda é limitada. A ciência aberta pode auxiliar diretamente nesse processo. Se um grupo de pesquisa de uma região menos atendida tiver acesso a bancos de dados abertos e a plataformas colaborativas, poderá agilizar suas investigações e reduzir custos, pois não necessitará reunir todo o aparato de coleta de dados do zero (Barreto, 2025). Além disso, o compartilhamento de metodologias e *scripts* de análise acelera o aprendizado de equipes recém-formadas, fomentando a troca entre diferentes universidades. Para Carneiro et al. (2025), garantir a abertura de dados e metodologias não é apenas uma questão de transparência, mas também de equidade. Grupos de pesquisa com menos recursos podem se beneficiar das descobertas já realizadas, desde que existam incentivos claros para

que os pesquisadores compartilhem seus dados de forma acessível e estruturada. Essa lógica de cooperação, se incorporada aos novos parâmetros de avaliação, ajudaria a equilibrar as desigualdades regionais, um aspecto especialmente importante para o Brasil.

A adoção de práticas abertas e a avaliação centrada na qualidade intrínseca dos artigos também podem ampliar a cooperação internacional e o impacto social da pesquisa brasileira. Como destaca Araújo (2025), a rápida disponibilização de dados e resultados durante a pandemia de covid-19 foi decisiva para viabilizar colaborações globais em tempo recorde. Se o Brasil fortalece sua participação em redes abertas, passa a ter maior visibilidade e atrai parceiros estrangeiros para projetos conjuntos, inclusive em áreas emergentes, como ciências biomédicas, meio ambiente e tecnologias de informação (TI). Internamente, abre-se a possibilidade de gerar maior impacto social ao aproximar a pesquisa das demandas concretas da população. Em entrevista à revista *Ciência Hoje*, Gomes (2025) enfatiza que um dos objetivos da Capes é alinhar as agendas estratégicas dos estados com o perfil de pós-graduações que oferecem, levando em conta as necessidades reais de cada local. Nesse sentido, se a avaliação passa a reconhecer, além das publicações, a relevância social e a aplicação prática das pesquisas, as iniciativas de ciência aberta recebem mais legitimidade. Outro aspecto positivo, para Gomes (2025), é a possibilidade de que a sociedade em geral se envolva mais ativamente com o conhecimento produzido. Arquivos abertos, dados de saúde disponíveis de forma segura e colaborativa e plataformas de difusão científica podem impactar desde o ensino básico até projetos de extensão. Pesquisas mostram que, ao se tornarem mais visíveis e acessíveis, os resultados científicos podem influenciar formulação de políticas públicas, gestão ambiental e inovação tecnológica de pequena escala (Medeiros et al., 2025; Thibault et al., 2023).

Um dos maiores ganhos de uma reformulação que privilegie a ciência aberta e a avaliação qualitativa é a mudança cultural que se pode gerar na academia. Segundo Carneiro et al. (2025), o compartilhamento de dados, a publicação de metodologias detalhadas e a utilização de *softwares* livres não se tornam práticas hegemônicas apenas por decreto. É preciso que sejam valorizadas nos currículos dos pesquisadores e nos critérios de progressão, para que se transformem em parte do "DNA acadêmico". A Capes e o CNPq poderiam, por exemplo, premiar programas de pós-graduação que adotassem disciplinas obrigatórias de gestão de dados, licenças abertas, proteção de dados sensíveis e reprodutibilidade, como sugerem Menezes e Galvão (2025). Em paralelo, a reformulação do Currículo Lattes permitiria o registro explícito de quantos conjuntos de dados foram compartilhados, quantos repositórios de códigos foram disponibilizados ou, ainda, quantos protocolos de pesquisa foram abertos. Esses itens passariam a compor a avaliação de desempenho do docente ou do discente, incentivando comportamentos colaborativos. Segundo Gomes (2025), essa "mudança de

foco" também envolve repensar a formação do pesquisador. Se, antes, a ênfase estava em publicar um número máximo de artigos em revistas de fator de impacto elevado, a ênfase agora pode recair em "como e para quem" se produz conhecimento. Logo, a cultura acadêmica pode caminhar rumo a um *ethos* em que partilhar resultados é uma etapa natural do processo de pesquisa, e não uma decisão excepcional. Essa cultura de transparência, por sua vez, reduz retrabalhos, previne duplicidades e fraudes e amplia a troca entre campos disciplinares.

Um ponto que merece destaque, dentro da perspectiva de avanços, é a possibilidade de reverter a tendência de subvalorização de livros e publicações extensas, fenômeno que afeta especialmente as áreas de ciências humanas, ciências sociais aplicadas e artes (Dal Soglio & Donozzolo, 2023), nas quais tais formatos são tradicionalmente mais valorizados. Como lembram esses autores, o antigo sistema Qualis priorizava os periódicos, o que deixava em segundo plano a relevância de outras formas de divulgação científica. Ainda não está completamente claro como cada comitê de área irá operar na nova configuração, mas existe a esperança de que a descontinuidade do Qualis Periódicos abra espaço para critérios mais contextualizados e pluralistas. Se, por um lado, persiste a incerteza sobre a implementação, por outro, a ciência aberta pode ampliar o reconhecimento de dados qualitativos, metodologias narrativas, acervos históricos e bases de documentos digitalizados, típicos de humanidades digitais. A abertura desses acervos seria igualmente passível de avaliação positiva, pois constitui uma forma de democratizar o acesso ao patrimônio cultural e à pesquisa em ciências humanas e sociais (Medeiros et al., 2025). A reforma na avaliação e a adoção de práticas abertas também propiciam um diálogo interdisciplinar mais intenso, como apontado por Barreto (2025) ao citar o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs). Se as métricas tradicionais de avaliação deixam de ser o principal guia, pesquisadores passam a ter mais liberdade para estabelecer conexões e projetos colaborativos, beneficiando-se do compartilhamento de dados em repositórios adequados. Ademais, a reforma abre espaço para o reforço da chamada soberania científica brasileira: em vez de depender exclusivamente de editoras multinacionais e suas taxas, o país pode investir em servidores nacionais, *softwares* livres e políticas de formação para reduzir a fuga de cérebros, estimular empregos locais e manter maior controle sobre dados sensíveis (Araújo, 2025; Menezes & Galvão, 2025).

Quando se fala em avanços na transição para a ciência aberta, incluindo o acesso aberto e a abertura de dados, e a reformulação da avaliação, é fundamental enxergar o panorama de forma sistêmica. Não basta a Capes mudar o critério de estratificação de periódicos ou o CNPq incentivar alguns projetos de dados abertos. É preciso articular várias frentes de ação, que incluem financiamento continuado, criação de mecanismos de reconhecimento, formação e capacitação, estímulo à equidade regional, fortalecimento de periódicos brasileiros e participação ampliada de sociedades científicas,

agências de fomento, editoras, bibliotecas e comunidade em geral. Menezes e Galvão (2025) observam que a adoção da ciência aberta não ocorre sem planejamento e sem levar em conta realidades institucionais diversas. Gomes (2025), por sua vez, ressalta a importância de políticas de inclusão e equidade para que as reformas não se restrinjam a grandes centros já consolidados. É nessa perspectiva que se percebe o potencial de reimaginar o futuro da pesquisa no país sob princípios de abertura, equidade e responsabilidade social, assegurando que a ciência se firme como um bem público.

TENSÕES NA REFORMULAÇÃO AVALIATIVA E NA TRANSIÇÃO PARA A CIÊNCIA ABERTA NO BRASIL

Embora a transição para a ciência aberta, incluindo a ampliação do acesso aberto e a reformulação do sistema de avaliação científica no Brasil, seja vista por muitos como uma oportunidade de aprimorar a qualidade e a relevância das pesquisas, há uma série de desafios que emergem nesse processo. Em primeiro lugar, chama a atenção o risco de fortalecer ainda mais a dependência de editoras internacionais que cobram elevadas APCs para oferecer acesso aberto, o que pode levar a uma "dupla tributação", pois o Estado não apenas financia a pesquisa, mas também precisa arcar com custos adicionais de publicação (Bittar et al., 2025; Menezes & Galvão, 2025).

Nesse cenário, os acordos transformativos negociados pela Capes no âmbito do Portal de Periódicos, incluindo o acordo de leitura e publicação com a Springer Nature, vigente de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2028, têm como promessa ampliar a publicação em acesso aberto em periódicos híbridos elegíveis, com cobertura de APC para autores correspondentes de instituições participantes ("Capes firma novos acordos de leitura e publicação", 2025; Portal de Periódicos da Capes, 2025; "Springer Nature and Capes break barriers in Brazil with unlimited transformative agreement", 2025). A literatura internacional, contudo, tem discutido tensões recorrentes nesse tipo de arranjo: (i) conversão de despesas de assinatura em despesas de publicação e opacidade sobre custos totais, com risco de prolongar lógicas de *big deals*; (ii) manutenção da dependência de grandes conglomerados editoriais e incentivos econômicos associados ao crescimento de receitas por APC; e (iii) efeitos distributivos assimétricos, pois a capacidade de usufruir do acordo pode variar entre instituições e áreas, além de o aumento de acesso aberto em periódicos híbridos não implicar, necessariamente, transição estrutural para modelos plenamente abertos (Butler et al., 2023; Jahn, 2025; Rothfritz et al., 2024; Steinberg, 2025). Essas tensões reforçam a necessidade de governança e de monitoramento público de custos e de equidade, bem como de políticas que valorizem infraestruturas abertas não comerciais, como repositórios e a SciELO.

Questões de desigualdade regional na pós-graduação reforçam essas tensões (Gomes, 2025). Muitos programas, sobretudo em instituições com menor infraestrutura

de TI, encontram dificuldades para implementar práticas de abertura de dados e gerenciar repositórios (Araújo, 2025). A reforma avaliativa associada à descontinuidade do Qualis Periódicos poderia aliviar a pressão por publicar em revistas estrangeiras; porém, na ausência de suporte institucional e de iniciativas de capacitação, o abismo entre centros consolidados e emergentes tende a persistir ou mesmo a se ampliar (Barreto, 2025). Além disso, a fragmentação de ações entre Capes, CNPq e fundações estaduais, somada a cortes orçamentários e a mudanças de governo, dificulta a continuidade de políticas de longo prazo voltadas para a ciência aberta (Dal Soglio & Donozzolo, 2023; Malafaia et al., 2024; Medeiros et al., 2025).

Além dos aspectos financeiros e estruturais, há resistência cultural ao modelo de ciência aberta. Parte dos pesquisadores teme perder competitividade, sofrer plágio ou expor falhas metodológicas (Carneiro et al., 2025). Outro entrave é o desconhecimento de marcos legais, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), fundamental para lidar com dados sensíveis (Menezes & Galvão, 2025). Em paralelo, pode surgir uma “substituição de métricas” em que o fator de impacto dá lugar a outros indicadores igualmente excludentes – altimetria, menções em redes sociais, citações rápidas – sem enfrentar o produtivismo acadêmico (Dal Soglio & Donozzolo, 2023). Editores de revistas nacionais, por sua vez, temem ficar em desvantagem caso tais métricas priorizem veículos de maior repercussão internacional (Góis, 2024).

Também há tensões associadas à limitação de espaço editorial em revistas brasileiras, muitas delas com restrições que dificultam a coautoria entre orientador e orientando ou limitam a quantidade de artigos por grupo de pesquisa (Dal Soglio & Donozzolo, 2023). Soma-se a isso a demora no fluxo de revisão em alguns periódicos nacionais, superior ao de muitas revistas internacionais (Ferreira et al., 2024). Pesquisadores pressionados pelos prazos de defesa de dissertações e teses acabam optando por revistas estrangeiras mais ágeis, o que enfraquece a consolidação de periódicos locais. Em termos de visibilidade internacional, surge o dilema entre valorizar a circulação local, que pode restringir o alcance global, ou buscar revistas de primeiro quartil (Q1), cuja lógica de citação e indexação pode marginalizar áreas focadas em problemas regionais (Miranda & Garcia-Carpintero, 2019). Essa dinâmica pode levar à invisibilidade da produção acadêmica nacional no cenário global, uma vez que periódicos locais, mesmo de qualidade, frequentemente enfrentam barreiras para obter reconhecimento, indexação em bases internacionais e ter seus artigos citados (Schvirck et al., 2024). Assim, equilibrar relevância local e inserção global permanece um desafio, sobretudo quando grandes “superperiódicos” não aderem a formatos de acesso aberto ou cobram valores proibitivos (Araújo, 2025; Medeiros et al., 2025).

A própria formação acadêmica sofre influência desse cenário: embora se discuta a importância de práticas abertas, os programas de pós-graduação seguem as diretrizes da Capes, que historicamente privilegiaram a publicação em revistas de alto fator

de impacto, seja por assinatura ou acesso aberto. Como consequência, atividades como gestão de dados, licenças abertas e reprodutibilidade acabam recebendo menos atenção dentro da estrutura acadêmica (Carneiro et al., 2025; Menezes & Galvão, 2025). Essa pressão produtivista, há décadas denotada pela máxima *"publish or perish"* (Castiel & Sanz-Valero, 2007), leva docentes e discentes a direcionarem seus esforços principalmente para a escrita de artigos, competindo por espaço editorial em vez de aprofundarem práticas colaborativas e voltadas para a aplicabilidade do conhecimento. Tal realidade evidencia que, sem um esforço integrado para valorizar efetivamente a ciência aberta, as mudanças podem se restringir a trocas superficiais de indicadores, sem a transformação cultural necessária.

Essas tensões mostram que a adoção de práticas de ciência aberta e a reformulação do sistema de avaliação não se limitam a descontinuar o Qualis Periódicos ou deslocar o foco do fator de impacto. Trata-se de um processo que envolve problemas estruturais – como a falta de financiamento contínuo e desigualdades regionais – e dilemas entre internacionalização e fortalecimento de periódicos locais. Também há lacunas na proteção de dados, na formação de recursos humanos para a abertura e na definição de métricas que não perpetuem o produtivismo acadêmico. Se, por um lado, almeja-se democratizar o acesso ao conhecimento e tornar a avaliação mais justa, por outro, faltam políticas claras de longo prazo para garantir a sustentabilidade e a abrangência dessas iniciativas. Situações como a demora no fluxo de revisão em revistas nacionais, a não adoção de acesso aberto por editoras de renome e a tensão entre visibilidade global e relevância regional agravam o cenário. A superação do modelo antigo de ranqueamento de periódicos não deve implicar a mera substituição de uma métrica por outra: a ambição de construir uma ciência mais transparente, equitativa e participativa só se concretizará mediante um esforço coletivo que una agências de fomento, universidades, sociedades científicas, editores e pesquisadores na formulação de políticas e incentivos adequados. Somente assim as tensões poderão ser tratadas como parte de um processo de amadurecimento do ecossistema acadêmico, conduzindo a um arcabouço de avaliação que realmente promova a qualidade, a responsabilidade social e a abertura do conhecimento.

PERSPECTIVAS: CONCILIANDO AVANÇOS E TENSÕES NA CIÊNCIA ABERTA E AVALIAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

À luz dos avanços e das tensões discutidos, esta seção propõe recomendações operacionais para consolidar uma ciência aberta e inclusiva, bem como uma avaliação científica mais responsável no Brasil. As recomendações formuladas estão acompanhadas da ação a elas vinculada, dos atores centrais e de um indicador exemplificativo para o contexto:

1. Avaliação responsável alinhada à ciência aberta. O que fazer: incorporar princípios de avaliação responsável, reduzindo *proxies* de prestígio do periódico como critério central. Quem: Capes e comitês de área; programas de pós-graduação (PPGs). Indicador: proporção de itens avaliativos baseados em apreciação qualitativa e em evidências do processo (p. ex., transparência metodológica) *versus proxies* do veículo.
2. Rubricas para abertura do ciclo de pesquisa (além das publicações). O que fazer: reconhecer, quando pertinente, a abertura de dados, códigos, instrumentos e protocolos, com exceções justificadas (LGPD/sigilo). Quem: Capes/CNPq (diretrizes e editais); PPGs; periódicos. Indicador: percentual de estudos com declaração de disponibilidade de dados/código e, quando aplicável, com depósito em repositório e identificador persistente (DOI/*handle*).
3. Política de dados e reprodutibilidade com salvaguardas. O que fazer: exigir um plano de gestão de dados (quando aplicável) e declarar os níveis de acesso (aberto, controlado, restrito), com justificativa. Quem: CNPq e fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) (editais); instituições/PPGs (suporte e formação); periódicos (política de dados). Indicador: percentual de projetos com plano de gestão de dados e percentual de publicações com *link* para repositório ou com justificativa formal de restrição.
4. Fortalecimento e valorização de infraestruturas nacionais abertas, com ênfase na SciELO. O que fazer: prestigiar, por critérios avaliativos e por financiamento estável, plataformas como a SciELO e periódicos em modelos diamante, articulando preservação digital e profissionalização editorial. Quem: Capes (Portal e diretrizes); CNPq/FAPs (fomento); periódicos e instituições. Indicador: participação de periódicos nacionais (incluindo SciELO) reconhecidos em critérios de qualidade e abertura; volume de apoio estruturante (editais/convênios) à infraestrutura editorial e à preservação.
5. Transparência e governança do uso de acordos transformativos. O que fazer: monitorar custos, elegibilidade e distribuição institucional/área do uso dos acordos, com métricas de equidade e relatórios públicos. Quem: Capes (Portal); instituições participantes. Indicador: taxa de utilização, custo médio por artigo coberto e perfil de beneficiários por tipo de instituição/região/área.
6. Equidade regional e institucional na implementação de práticas abertas. O que fazer: estabelecer metas por estágio de maturidade e prover apoio técnico para ampliar capacidades locais (p. ex., curadoria, repositórios, gestão de dados), evitando que exigências homogêneas agravem assimetrias. Quem: Capes (critérios); instituições e PPGs (suporte). Indicador: distribuição regional da adoção de práticas (declarações de dados, depósitos em repositório, capacitações) e evolução das assimetrias ao longo de ciclos avaliativos.

7. Formação e cultura de ciência aberta na pós-graduação. O que fazer: inserir competências de ciência aberta (licenças, repositórios, dados, transparência, reprodutibilidade) em disciplinas e trilhas formativas. Quem: PPGs; Capes/CNPq (orientações e incentivo). Indicador: número de ações formativas anuais e percentual de discentes/docentes com treinamento concluído e ORCID atualizado nos sistemas institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da adoção de práticas de ciência aberta e da reformulação do sistema de avaliação científica no Brasil revela um cenário em que avanços e tensões se entrelaçam de maneira complexa. Por um lado, destaca-se o potencial de valorizar a qualidade intrínseca das pesquisas, fortalecer plataformas de publicação nacionais e promover maior equidade na pós-graduação. Por outro lado, emergem obstáculos ligados ao financiamento escasso, à dependência de editoras internacionais, às disparidades regionais, ao arcabouço legal de proteção de dados sensíveis e à resistência cultural diante de novas práticas avaliativas.

Os avanços demonstram a oportunidade de realinhar o foco da ciência brasileira para um modelo mais transparente, colaborativo e inclusivo, em que o compartilhamento de dados e a reprodutibilidade sejam processos naturais do ciclo de pesquisa. Já as tensões lembram que tais mudanças exigem planejamento integrado, continuidade orçamentária, incentivos concretos para adoção de práticas abertas e estratégias específicas para áreas e regiões historicamente menos favorecidas.

Para que as políticas não se limitem a trocas superficiais de métricas, mas resultem efetivamente em democratização do conhecimento e maior relevância social das pesquisas, torna-se fundamental que agências de fomento, universidades, sociedades científicas, editoras, bibliotecas e a comunidade acadêmica atuem de forma coordenada. Em particular, o desenvolvimento de instrumentos claros para valorizar disciplinas formativas, a disponibilidade de repositórios com condições de segurança e a criação de métricas que contemplem a pluralidade de formatos de divulgação podem se mostrar decisivos na consolidação de uma nova cultura acadêmica.

Portanto, a reforma proposta – da descontinuidade do Qualis Periódicos à consolidação de políticas de ciência aberta – só cumprirá seu potencial se acompanhar a amplitude e a diversidade do ecossistema científico brasileiro, enfrentando os desafios estruturais e fomentando uma mudança cultural em prol da abertura e da equidade. Se bem encaminhada, essa transformação poderá reposicionar a ciência nacional de modo mais inclusivo, colaborativo e sintonizado com as necessidades locais e globais. Caso contrário, existe o risco de a iniciativa se restringir a enclaves de excelência, sem romper com as desigualdades e a lógica produtivista que há décadas caracterizam a pesquisa no país.

REFERÊNCIAS

- Araújo, J. F. (2025, 29 janeiro). Ciência Aberta: É possível um debate desapaixonado? *Nossa Ciência*. <https://nossaciencia.com.br/artigo/ciencia-aberta-e-possivel-um-debate-desapaixonado>
- Arentoft, M., Berghmans, S., Borrell-Damian, L., Bottaro, S., Faure, J.-E., Gaillard, V., Glinos, K., Albacete, J. L., Morais, R., Morris, J., Schiltz, M., & Stroobants, K. (2022). Agreement on reforming research assessment. Coalition for Advancing Research Assessment (CoARA). *Zenodo*. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13480728>
- Barreto, M. (2025). CIDACS: Transformando dados em ciência para a saúde pública. (entrevistado por Chris Bueno). *Ciência e Cultura*, 77(1). <http://dx.doi.org/10.48207/2317-6660.20250007>
- Bittar, M. F. R., Oliveira, T. C. de, & Lopes-Cendes, I. (2025). Ciência aberta: O caminho para a democratização do conhecimento e a inovação colaborativa. *Ciência e Cultura*, 77(1). <http://dx.doi.org/10.48207/2317-6660.20250002>
- Boas, R. F., Campos, F. de F., & Amaro, B. (2021). Análise dos critérios formais de qualidade editorial: A política de classificação de periódicos científicos a partir do Qualis Periódicos. *Informação & Informação*, 26(1), 28-52. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n1p28>
- Bonney, R., Cooper, C. B., Dickinson, J., Kelling, S., Phillips, T., Rosenberg, K. V., & Shirk, J. (2009). Citizen science: A developing tool for expanding science knowledge and scientific literacy. *BioSCIENCE*, 59(11), 977-984. <https://doi.org/10.1525/bio.2009.59.11.9>
- Butler, L.-A., Matthias, L., Simard, M.-A., Mongeon, P., & Haustein, S. (2023). The oligopoly's shift to open access: How the big five academic publishers profit from article processing charges. *Quantitative Science Studies*, 4(4), 778-799. https://doi.org/10.1162/qss_a_00272
- Capes firma novos acordos de leitura e publicação. (2025, 26 dezembro). *Capes*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-firma-novos-acordos-de-leitura-e-publicacao>
- Carneiro, C. F. D., Centeno, E., & Amaral, O. B. (2025, 17 fevereiro). Ciência aberta: Outra visão desapaixonada. *Rede Brasileira de Reprodutibilidade*. <https://www.reprodutibilidade.org/post/ci%C3%Aancia-aberta-outra-vis%C3%A3o-desapaixonada>
- Castiel, L. D., & Sanz-Valero, J. (2007). Entre fetichismo e sobrevivência: O artigo científico é uma mercadoria acadêmica? *Cadernos de Saúde Pública*, 23(12), 3041-3050. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001200026>
- Dal Soglio, F. K., & Donozzolo, J. (2023). Editorial: E quem avalia o Qualis Periódicos? *Revista Brasileira de Agroecologia*, 18(3), 88-93. <https://doi.org/10.33240/rba.v18i3.23912>
- Declaration on Research Assessment (Dora). (n.d.). San Francisco Declaration on Research Assessment. *Dora*. <https://sfdora.org/read/>
- Ferreira, C. L., Pilatti, L. A., Cantorani, J. R. H., & Picinin, C. T. (2024). *Spillovers* do acesso ao portal Capes na produção científica brasileira. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 20(58), 330-349. <https://doi.org/10.5281/zenodo.14533088>
- Góis, E., Jr. (2024). O fim do Qualis Periódicos da Capes e os novos horizontes das revistas brasileiras. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 32, Artigo e024001. <https://doi.org/10.20396/resgate.v32i00.8678890>

- Gomes, A. (2025). Os desafios da Capes na expansão da pós-graduação (entrevistado por Elisa Martins). *Ciência Hoje*, (417). <https://cienciahoje.org.br/artigo/os-desafios-da-capes-na-expansao-da-pos-graduacao/>
- Gontijo, R. (2024). O fim do Qualis – periódicos da Capes. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 17, Article e2326. <https://doi.org/10.15848/hh.v17.2326>
- Hicks, D., Wouters, P., Waltman, L., De Rijcke, S., & Rafols, I. (2015). Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, 520, 429-431. <https://doi.org/10.1038/520429a>
- Jahn, N. (2025). How open are hybrid journals included in transformative agreements? *Quantitative Science Studies*, 6, 242-262. https://doi.org/10.1162/qss_a_00348
- Kim, S.-J., & Park, K. S. (2022). Changes in article share and growth by publisher and access type in Journal Citation Reports 2016, 2018, and 2020. *Science Editing*, 9(1), 30-36. <https://doi.org/10.6087/kcse.260>
- Malafaia, O., Viebig, R. G., & Andreollo, N. A. (2024). Fim do Qualis e início de uma nova era! Mudança radical da CAPES dando valor à pesquisa e não à revista onde ela é publicada. *BioSCIENCE*, 82, Artigo e00076. <https://doi.org/10.55684/2024.82.e.e076>
- Medeiros, C. B., Silveira, L. da, Rezende, L., Araújo, P. C. de, Campos, F. de F., Sena, P., Drucker, D., Barata, G., Costa, M. M., Simionato Arakaki, A. C., Souza, M. G. de, Shearer, K., Packer, A. L., Rode, S. de M., Amaro, B., Umpierre, D., Turba de Paula, R., & Carvalho Segundo, W. R. de. (2025). Promoção e implementação da ciência aberta no Brasil: Resposta ao texto "Ciência Aberta: Uma visão desapaixonada". *Zenodo*. <https://doi.org/10.5281/zenodo.14894669>
- Menezes, D. P., & Galvão, R. (2025, 14 janeiro). Ciência Aberta: Uma visão desapaixonada. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/atualidades/ciencia-aberta-uma-visao-desapaixonada>
- Miranda, R., & Garcia-Carpintero, E. (2019). Comparison of the share of documents and citations from different quartile journals in 25 research areas. *Scientometrics*, 121, 479-501. <https://doi.org/10.1007/s11192-019-03210-z>
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2025). Agreement for Reforming Research Assessment (ARRA). *OECD*. https://www.oecd.org/en/publications/access-to-public-research-data-toolkit_a12e8998-en/agreement-for-reforming-research-assessment-arra_932bf4a8-en.html
- Portal de Periódicos da Capes. (2025, 19 dezembro). Capes consortium – Springer Nature (Acordos transformativos). *Portal de Periódicos da Capes*. <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/informativos/136-acordos-transformativos/4286-capes-consortium-springer-nature.html>
- Rothfritz, L., Schmal, W. B., & Herb, U. (2024). Trapped in transformative agreements? A multifaceted analysis of >1,000 contracts. *arXiv*. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2409.20224>
- Santos, B. de S. (Org.). (2007). *Cognitive justice in a global world: Prudent knowledges for a decent life*. Lexington Books.
- Schmidt, S. (2024, 26 outubro). Qualis-periódicos será substituído por classificação com foco nos artigos. *Revista Pesquisa Fapesp*. <https://revistapesquisa.fapesp.br/qualis-periodicos-sera-substituido-por-classificacao-com-foco-nos-artigos/>

- Schvirck, E., Lievore, C., Rubbo, P., Cantorani, J. R. H., & Pilatti, L. A. (2024). Invisible publications: A study of academic productivity in the Web of Science database. *Revista Española de Documentación Científica*, 47(1), Artigo e375. <https://doi.org/10.3989/redc.2024.1.1454>
- Springer Nature and Capes break barriers in Brazil with unlimited transformative agreement. (2025, 5 dezembro). *Springer Nature*. <https://www.springernature.com/gp/group/media/press-releases/ta-in-brazil-with-capes-2025/27832600>
- Steinberg, R. (2025). The business of transformative agreements. *The Journal of Academic Librarianship*, 51(2), Article e103020. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2025.103020>
- Suber, P. (2012). Open access. *The MIT Press*. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9286.001.0001>
- Thibault, R. T., Amaral, O. B., Argolo, F., Bandrowski, A. E., Davidson, A. R., & Drude, N. I. (2023). Open Science 2.0: Towards a truly collaborative research ecosystem. *PLoS Biology*, 21(10), Article e3002362. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3002362>
- Tollefson, J., & Van Noorden, R. (2022). US government reveals big changes to open-access policy. *Nature*, 609, 234-235. <https://doi.org/10.1038/d41586-022-02351-1>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco). (2021). *Unesco recommendation on open science*. Unesco. <https://doi.org/10.54677/MNMH8546>
- Vicente-Sáez, R., & Martínez-Fuentes, C. (2018). Open Science now: A systematic literature review for an integrated definition. *Journal of Business Research*, 88, 428-436. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.12.043>
- Visvanathan, S. (2009). The search for cognitive justice. *Seminar*, (597). http://www.india-seminar.com/2009/597/597_shiv_visvanathan.htm

NOTA: As contribuições de cada autor para o desenvolvimento do artigo foram as seguintes: Camila Lopes Ferreira – conceitualização; análise e validação de dados; redação do manuscrito original, revisão e aprovação da versão final do trabalho. Luiz Alberto Pilatti – conceitualização; análise e validação de dados; redação do manuscrito original, revisão e aprovação da versão final do trabalho. José Roberto Herrera Cantorani – conceitualização; análise e validação de dados; redação do manuscrito original, revisão e aprovação da versão final do trabalho. Claudia Tania Picinin – conceitualização; análise e validação de dados; redação do manuscrito original, revisão e aprovação da versão final do trabalho.